

Ricupero tem plano para reduzir dívida interna

CORRÍO BRASILEIRO

28 JUN 1994

Pública

O ministro da Fazenda, Rubens Ricupero, anuncia na quinta-feira o programa do governo para redução da dívida interna, sem calote e sem alongamento compulsório dos prazos de resgate dos títulos públicos. A estratégia definida pela equipe econômica é limitar a emissão de novos títulos somente para a rolagem da dívida pública. Ao mesmo tempo, na medida em que os títulos forem vencendo, o governo resgatará estes títulos com os recursos do Fundo de Amortização da Dívida Pública, que será criada na MP do Plano Real.

O fundo de amortização será formado com o dinheiro da venda de ações de empresas estatais e participação acionária da União. Os técnicos defendem a venda da participação minoritária da União em mais de mil empresas privadas e até mesmo as ações de importantes empresas, desde que

a União não perca o controle acionário. O fundo, como admitiu ontem o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Clóvis Carvalho, será administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Os técnicos do ministério admitem que se trata de um programa de redução da dívida pública. Reconhecem, no entanto, que os efeitos não serão percebidos no curto prazo.

CMN — Clóvis Carvalho admitiu ainda que a medida provisória do Plano Real — que também será divulgada no dia 30 — irá definir uma nova composição do Conselho Monetário Nacional (CMN). A proposta em discussão é suspender as atribuições do CMN de ordenar a emissão de moeda. Ou seja, a equipe econômica quer inverter um processo já tradicional na economia brasileira: a partir de agora, o Con-

gresso define previamente o limite de emissão. Há décadas, o CMN autoriza a emissão e só depois encaminha a proposta para aprovação do Congresso. “Mas quando o Congresso aprova, os tetos de emissão já estão estourados”, admite um integrante da equipe econômica.

“Vamos restringir a expansão de moeda por determinação legal”, comenta Carvalho nas reuniões com assessores. A proposta da equipe econômica é fazer o que os técnicos chamam de uma política monetária “ativa”. A prática do passado não apresentou resultado porque representava uma “política monetária passiva”: o Banco Central abdicava da sua condição de gestor de política monetária para apenas referendar novas emissões de moedas a partir de expectativas inflacionárias para cobrir necessidades de financiamento do Tesouro Nacional e cobrir as reservas cambiais.